

## **O direito branco de ver: uma análise sobre disputa de imagem<sup>1</sup>**

Gustavo Monlevad<sup>2</sup>

Eloá Gaspar Barreto<sup>3</sup>

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

### **RESUMO**

Num caso recente, uma ativista branca pelos direitos raciais utilizou a fotografia de uma mulher negra sem permissão como capa de livro. Em disputa judicial contra o uso indevido de sua imagem, a mulher negra perdeu em primeira instância. A partir deste caso, desenvolvemos uma reflexão sobre fotografia, visibilidade, o caráter dos arquivos e institucionalização de opressões no Brasil. Autores como Clóvis Moura, Paulo Freire, Ariella Azoulay, Asad Haider, Karl Marx e Jonathan Crary complexificam o quadro.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Fotografia; imagem; poder; racialidade.

### **CORPO DO TEXTO**

Em 2020, Nicea Fonseca Pereira, uma mulher negra de 65 anos de idade, abriu um processo judicial contra a professora da USP e imortal pela Academia Brasileira de Letras Lilia Schwarcz e a Claro Enigma, selo editorial da Companhia das Letras. A alegação era de que a autora e a editora haviam utilizado uma fotografia de Nicea sem autorização prévia como capa do livro *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*, lançado em 2013. A foto, muito significativa, retrata uma criança negra segurando uma boneca branca. Como outros trabalhos de Schwarcz, o livro debate a centralidade do racismo na construção da ideia de Brasil e sobre como o preconceito étnico-racial é praticado na intimidade, mesmo que rejeitado publicamente. Nicea perdeu o processo em primeira instância, sob alegação de que não é possível reconhecer Nicea hoje (SACONI, 2024), decidiu o Juiz Rafael Azevedo Ribeiro Alves. Além de não receber a indenização pretendida, Nicea teria que pagar os custos jurídicos da defesa do processo para Schwarcz e a Claro Enigma. Ao levar o caso para a segunda instância, as partes fecharam um acordo para encerrar o caso.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho GT02SE - Comunicação antirracista e pensamento afrodiaspórico, evento integrante da programação do 28º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 15 a 17 de maio de 2025.

<sup>2</sup> Doutorando do PPGCOM/PUC-RIO e Bolsista CAPES, email: gmonlevad@hotmail.com.

<sup>3</sup> Doutoranda do PPGCOM/PUC-RIO e Bolsista CNPq, email: eloagasparbarreto@gmail.com.

Utilizaremos uma metodologia de revisão bibliográfica de autores de teoria crítica, ciências sociais, estética e filosofia para repensar como as relações de poder dos regimes de visibilidade no Brasil estão atravessados por determinações de raça e classe e respaldadas por instituições ditas democráticas, como o próprio sistema jurídico a partir da mistificação de categorias como neutralidade e igualdade.

Independente da resolução do processo, o episódio levanta questionamentos importantes sobre imagens e relações de poder no Brasil. O objetivo deste trabalho não é acusar pessoas particulares, mas apontar algumas tendências, contradições e repetições de vícios institucionais e repensar dinâmicas de representação. Em nossa quadra histórica, os regimes de visibilidade estão mais naturalizados que nunca. A produção de imagens nunca foi tão frequente, sistemática e cotidiana. A teoria crítica sobre a visibilidade se esforça para acompanhar o fluxo e os movimentos do novo, as transformações da subjetividade mediada pelas imagens, o desenvolvimento de novas técnicas e as relações de poder que atravessam o campo. Ao mesmo tempo, antigas questões ressurgem para complexificar o debate. Questões essas que muitos acreditavam estar pacificadas. Talvez pelo conforto de uns e às custas do desconforto de outros. Este trabalho repensa os regimes de visibilidade, a problemática da falsa neutralidade do observador, as dinâmicas de identidade e classe na produção de imagens e os resultados materiais da naturalização de certas dinâmicas de poder.

A teórica Ariella Aïsha Azoulay utiliza a imagem do obturador fotográfico como um mecanismo imperial. Tal ferramenta se abre e fecha numa câmera por uma questão de milésimos de segundo. Nesse tempo absolutamente curto, o obturador decide o que vai ser distanciado, removido, esquecido, ignorado, superado e tornado irrelevante:

In a split second, the camera's shutter draws three dividing lines? in time (between a before and an after), in space (between who/what is in front of the camera and who/what is behind it), and the body politic (between who possess and operate such devices and appropriate and accumulate their product and those whose countenance, resources, or labor are extracted) (AZOULAY, 2019, p. 5).

Mas a autora alerta que o obturador não é uma metáfora para o poder imperial, mas a materialização de uma tecnologia imperial. A própria noção de neutralidade do aparato seria um exercício de violência. Evidente, nenhuma ferramenta é neutra. Em suas palavras, “the operation of the shutter commands zero degrees of neutrality” (AZOULAY, 2019, p. 6) Ao contrário, toda tecnologia humana é criada teleologicamente, um meio para um fim, e operada da mesma maneira. A ilusão de

neutralidade é, inclusive, produto do que Marx uma vez chamou de fetichismo da mercadoria, como veremos mais à frente (MARX, 2017, pp. 146-158). Em uma fotografia, por exemplo, o posicionamento entre quem está diante e atrás das câmeras implica diferentes relações entre sujeito e objeto. O tipo de uso que se fará da fotografia também implica relações de poder. Escolher uma fotografia encontrada para ilustrar a capa de um livro sem se comunicar com a pessoa representada na imagem, sem pedir permissão, acreditando-se no direito de uso de qualquer imagem sem ressalvas é uma forma prática muito ilustrativa dessas relações. A relação de racialidade entre uma mulher branca que se apropria da imagem e uma mulher negra que é expropriada de um valor de uso sem consulta, enquanto as formas institucionais de balanço e justiça dão razão para quem expropria, é um agravante em uma sociedade desigual onde o véu entre raça e classe é tão fino que parece desaparecer em determinados momentos.

Ao reconhecer a ilusão de neutralidade na própria construção de conhecimento, Paulo Freire buscou ao longo de sua obra prover ferramentas teóricas e práticas na construção de uma pedagogia do oprimido, visando a conscientização deste de maneira verdadeiramente revolucionária, não construindo uma pedagogia para o oprimido e sim com o oprimido. Apesar de suas contribuições serem melhor reconhecidas no campo da educação, Freire não negligenciou o campo da comunicação e defendeu a ideia de que a real comunicação acontece de maneira dialógica, e para tal é necessário condições favoráveis incluindo condições estéticas (FREIRE, 1996). A preocupação estética é necessária para a realização da prática dialógica e de uma verdadeira ação revolucionária, compreendendo também que não há uma neutralidade na construção e aplicação desta estética. “Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra” (FREIRE, 1996, p.86).

Assim, a seleção de todo e qualquer tipo de texto comunicacional, incluindo os não verbais como a fotografia, não são selecionados de forma neutra ou mesmo “inocente”. Ao selecionar as imagens a serem utilizadas na capa de um livro, revista, ou outro material editorial, há uma intencionalidade clara de atrair um potencial leitor, apelando para diversas estratégias como, por exemplo, o senso de pertencimento e a ideia de representatividade.

Uma das questões centrais trazidas por Azoulay e determinantes no caso de Nicea é o reconhecimento de que os próprios arquivos são instrumentos do imperialismo. Apesar de uma definição flutuante e pouco concreta do problema do imperialismo, a força de Azoulay está na análise das relações de poder ocultas por mecanismos de

funcionamento burocrático ou cotidiano da vida contemporânea. Assim como os obturadores, os arquivos elegem o que e como deve ser preservado ou ocultado. Da mesma forma, a mudança na forma de olhar para fotografias pode ser uma profícua forma de revelar suas histórias ocultas. Aqui também a ilusão de neutralidade se presentifica a partir de uma falsa impressão de que tudo o que está arquivado é de direito público. A foto de Nicea foi publicada no antigo jornal Última Hora em novembro de 1963, vencedora de um concurso. A defesa de Schwarcz afirma que não havia forma de encontrar os donos da foto, mas o nome de Nicea estampa a legenda.

With the archive, not only are the procedures of handling its collections considered neutral, but also the institution itself, which is founded on a claim to be a neutral body of preservation (AZOULAY, 2019, p. 42).

Ao analisar o impacto do “efeito fotografia” enquanto fator determinante para a efetivação de uma nova economia cultural de valor e troca desde seu surgimento, Jonathan Crary compara o dinheiro e a fotografia como “formas homólogas do poder social” a partir do século XIX. “Ambos são sistemas totalizantes que englobam e unificam os sujeitos em uma mesma rede global de valoração e desejo” (CRARY, 2012, p. 22). Observamos duas consequências: 1) o poder social a partir desses dois objetos sógnicos é distribuído de forma desigual e 2) existe aí um forte processo de fetichização, no sentido marxiano: ocultar e mistificar o aspecto humano da produção de valores, tanto no caso da fotografia quanto no caso do dinheiro. As relações sociais entre pessoas são veladas sob a aparência de relações sociais entre objetos (MARX, 2017, pp. 146-158). Cria-se uma ficção de democratização abstrata em que o direito de tudo ver é tratado como direito universal. Mas afastado o véu, o que sobra são as relações de poder. Em sociedades desiguais, tal direito é “*como todo direito, um direito da desigualdade*” (MARX, 2012, p. 31). Em acordo, Ariella Azoulay alerta que “the idea of a universal right to see is a fraud” (AZOULAY, 2019, p. 5).

Muitos teóricos da arte defendem que “hoje em dia, é no terreno do estético que prossegue uma batalha ontem centrada nas promessas da emancipação e nas ilusões e desilusões da história” (RANCIERE, 2009). Em casos como o de *Nem preto nem branco, muito pelo contrário*, fica nítido que todas essas lutas estão interligadas. É necessário retomar a força da luta material e emancipatória sem abandonar uma perspectiva estética, cultural e identitária. Compreender que essas perspectivas nunca estiveram apartadas, são sistemas de retroalimentação de opressão e exploração. Clóvis Moura alerta que, enquanto os processos mais puramente culturalistas realizam-se

em um plano passivo, a sociedade na qual essas culturas estão engastadas aciona outras forças dinamizadoras que nascem dos antagonismos surgidos da posição que os membros ou grupos de cada etnia ocupam no processo de produção (MOURA, 2019, p. 75).

Em sociedades onde a hegemonia é opressora, num mundo organizado ética e esteticamente para favorecer e representar a classe dominante, os oprimidos reivindicam o direito de serem vistos verdadeiramente. No entanto, a busca pela visibilidade ocorre ainda nos moldes éticos e estéticos dos opressores, freando o potencial revolucionário. “Por mecanismos alienadores, a ideologia da elite dominadora introjetou em castas camadas de não brancos os seus valores fundamentais” (MOURA, 2019, p. 92).

Ao tratar das armadilhas da identidade, Asad Haider evidencia como o racismo e outros modos de opressão são uma estratégia de manutenção de hegemonia. Para ele, identidade “é um fenômeno real: ela corresponde ao modo que o Estado nos divide em indivíduos, e ao modo que formamos nossa individualidade em resposta a uma ampla gama de relações sociais. Ela é, no entanto, uma abstração” (HAIDER, 2019, p.35). Haider, na mesma linha de Moura (2019), demonstra que uma busca por representação e direitos pautados apenas na ideia de identidade não são suficientes para mudar o sistema opressor vigente, já que esta busca ainda está conectada às estruturas e regras criadas por esse sistema, fazendo com que a própria busca por uma representação identitária seja instrumento de manutenção da opressão vivida.

Recorre-se mais uma vez a Freire que ao tratar dos opressores falsamente generosos, aponta como que práticas superficialmente compreendidas como revolucionárias, que buscam em algum nível trazer visibilidade ao oprimido e suas questões, não modificam consideravelmente a ordem social vigente já que os opressores necessitam desta ordem para manifestarem sua “generosidade”: “A ‘ordem’ social injusta é a fonte geradora, permanente, desta ‘generosidade’ que se nutre da morte, do desalento e da miséria” (FREIRE, 1987, p. 31).

Assim, nenhuma escolha estética que coloca os oprimidos como objetos passivos de análise é uma escolha de subversão da ordem social desigual, e toda representação identitária e busca por direitos esvaziada de uma real preocupação ao combate da exploração do oprimido, o que inclui a exploração de sua imagem, é um reforço a ordem hegemônica opressora, onde o direito de ver e ser visto é cerceado.

## REFERÊNCIAS

AZOULAY, Ariella Aïsha. **Potential History: Unlearning Imperialism.** London; New York: Verso, 2019.

CRARY, Jonathan. **Técnicas do observador: visão e modernidade no século XIX.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HAIDER, Asad. **Armadilha da Identidade: raça e classe nos dias de hoje.** São Paulo: Veneta, 2009.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política, Livro I: O processo de produção de capital.** São Paulo: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. **Crítica do Programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo, 2012.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro.** São Paulo: Perspectiva, 2019.

RANCIÈRE, Jacques. **A Partilha do Sensível: Estética e política.** São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009.

SACONI, João Paulo. Cia das Letras e Lilia Schwarcz fecham acordo com mulher negra retratada na capa de livro antirracista. **O Globo.** Rio de Janeiro: 26 dez 2024. Disponível em: < <https://abre.ai/mrHr> >. Acesso em 30 fev 2025.